



Gabinete da 2ª Secretaria
Deputada CECILIA PASSARELLI

Publique - se inclua-se em pauta por <u>TRES</u> sessões <u>14</u> <u>NOV.</u> <u>97</u>
PAULO KOBAYASHI - Presidente

PROJETO DE LEI nº 724, de 1997.

FLS. Nº <u>01</u>
RGL <u>9691</u>
PROTOCOLO LEGISLATIVO

SERVIÇO DE REGISTRO E PROTOCOLO LEGISLATIVO
R.G.L. <u>9691</u> de <u>15/11</u> <u>97</u>
Autuado com <u>02</u> folhas
Ass. _____

Autoriza a Secretaria Estadual da Saúde a distribuir seringas e agulhas descartáveis, aos portadores de diabetes, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprova :

Art. 1º - Fica a Secretaria Estadual da Saúde autorizada a distribuir, gratuitamente, seringas e agulhas descartáveis aos portadores de diabetes.

§ 1º - O atendimento previsto se efetivará, mediante apresentação de atestado médico.

§ 2º - O Órgão responsável pela prestação dos serviços, garantirá anonimato às pessoas atendidas.

Art. 2º - Fica a Secretaria Estadual da Saúde autorizada a celebrar, se necessário, convênios com Municípios, Universidades e Organizações Não Governamentais, visando a execução, o acompanhamento e a avaliação dos objetivos previstos nesta lei.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - As despesas necessárias à execução desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

ENTREGUE A MESA EM: _____

13 NOV 1997 028207

JUSTIFICATIVA

FLS. N.º 02
RGL. 9691
PROTOCOLO LEGISLATIVO

Grande parte da população socialmente carente é atingida pela “diabetes”, que, procurando minimizar o sofrimento, busca amparo nos Órgãos Públicos de Saúde, especialmente no SUS, que fornece medicamentos quando possui, mas sem a entrega de seringas e agulhas descartáveis para a sua aplicação.

Cabe ao Poder Público garantir saúde mediante políticas sociais que visam o bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, bem como garantir acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A saúde é um bem relevante à vida humana, sendo elevado à condição de direito fundamental do “homem”. Todo cidadão tem direito a um tratamento digno, independente de situação econômica.

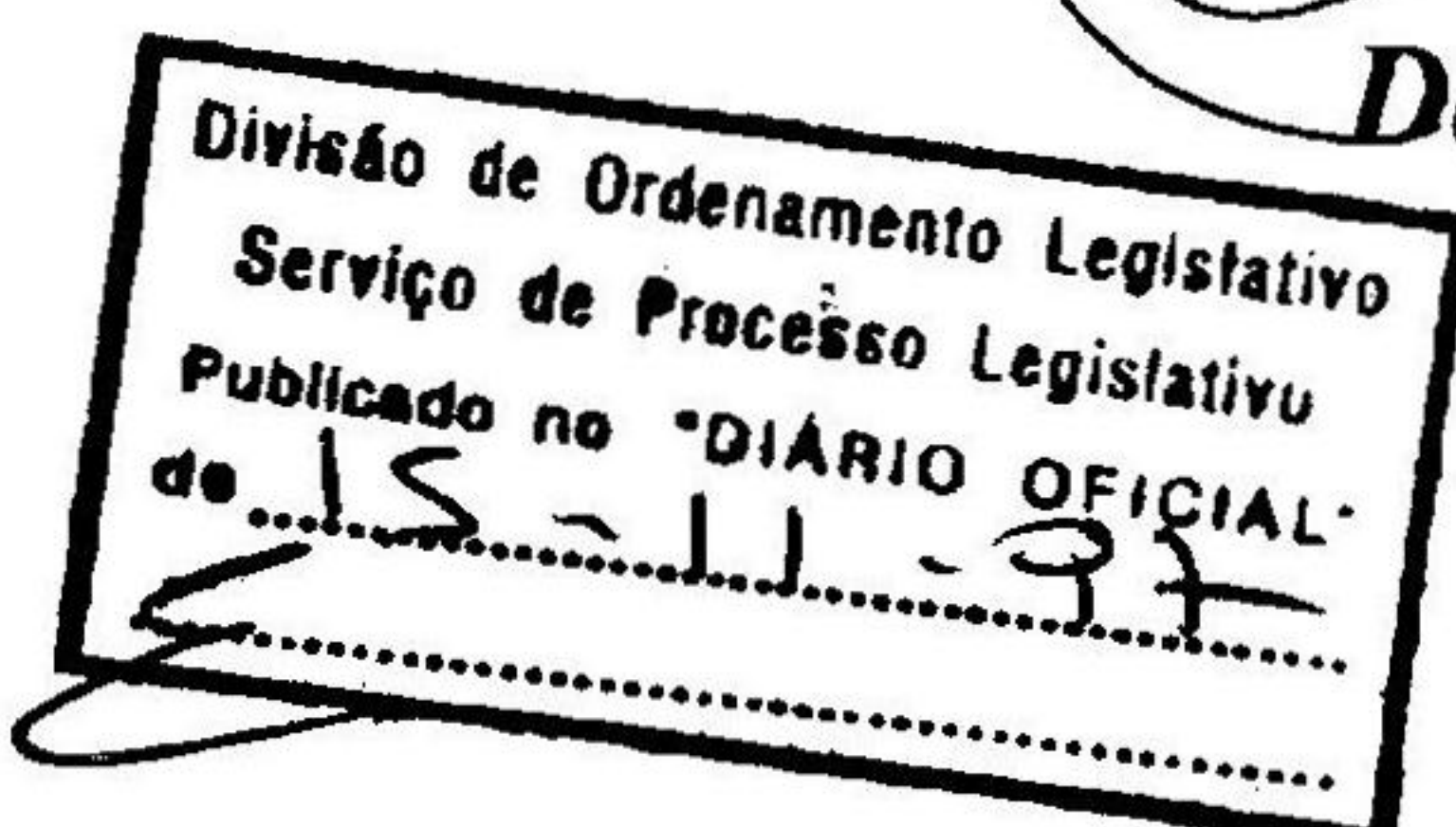
Direito à saúde significa direito a medidas que visam a prevenção e o tratamento de doenças.

O Projeto de Lei, aqui apresentado, tem como objetivo atender às pessoas portadoras de “diabetes”, hoje em índices alarmantes, mediante a distribuição gratuita de seringas e agulhas descartáveis, para que possam realizar seu tratamento.

Em face ao exposto, esta Casa de Leis deve aprovar o presente Projeto, a fim de que o Poder Público Estadual atenda aos portadores de “diabetes”, garantindo-lhes qualidade de vida.

Sala das Sessões, em


Deputada CECILIA PASSARELLI



Serviço de Suporte e Conferência
Esta proposição contém
1 assinatura
SSC 411/1997
Conferente

Nos termos do item 2, parágrafo único do artigo 148, da VIII Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 172ª a 174ª Sessões Ordinárias (de 18 a 20/11/97), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 20/11/97.

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

2

X

